

**Esfera pública, violência e gênero: o que nos ensinam  
Dilma Rousseff, Sâmia Bonfim, Benny Briolly sobre a presença de  
mulheres na política?**

Maria Vitória Lima de Melo<sup>1</sup>  
Fernando da Silva Cardoso<sup>2</sup>

**Resumo:** A participação das mulheres na política é marcada por diversas formas de violência, sobretudo aquelas que questionam a ocupação desses espaços, desde a exclusão baseada no gênero, por elas. Assim, o objetivo geral deste estudo é refletir de que forma a violência sofrida por mulheres, na política, faz pensar a ressignificação da misoginia, heteronormatividade e papéis de gênero na contemporaneidade. Metodologicamente, o estudo é de cunho hipotético-dedutivo e analisa a questão-chave eleita de modo a construir algumas premissas e especulações, problematizando transversalmente elementos do referido campo com base em uma pesquisa bibliográfica. Os casos eleitos ressaltam, entre outros achados: as enunciações misóginas direcionadas à presidenta Dilma Rousseff, as qualificações em decorrência dos papéis de gênero, sofridas por Sâmia Bonfim e os preconceitos de caráter heteronormativo direcionados a Benny Briolly. Por fim, compreende-se que a participação das mulheres, na política, revela o seu aspecto de gênero a partir de múltiplas perspectivas que, de modo amplo, estão organizadas desde a sua posição social gendrificada.

**Palavras-chave:** Violência política. Gênero. Misoginia. Heteronormatividade.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito – Universidade de Pernambuco, Campus Arcoverde. [vitoria.melo\\_09@hotmail.com](mailto:vitoria.melo_09@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Direito - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com período sanduíche no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. Professor Adjunto Nível I do Curso de Direito (Campus Arcoverde) e Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares, ambos da Universidade de Pernambuco, e do Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea, Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste. [fernando.cardoso@upe.br](mailto:fernando.cardoso@upe.br).

A participação das mulheres em espaços públicos é primordial. Sobretudo, ter a presença feminina em ambientes como o Congresso Nacional é, na maioria das vezes, visibilizar temáticas pertinentes a este grupo e que permeiam todos os aspectos das suas vidas. Ainda, além da representação, a consideração do gênero, na política, realça dada identidade dos(as) eleitores(as) com os(as) leitos(as). Entretanto, a participação desse grupo em espaços de poder sempre foi acompanhada por uma série de violências que se evidenciam em decorrência do gênero.

No que concerne às violações ocorridas nas Casas Legislativas, por exemplo, acabam por ganhar maior visibilidade apenas as violências concretas. Em meio aos relatos levados à mídia, fica oculta a face da violência simbólica. A temática referida é fundamental ao passo que é por meio dessa discussão que se compreende qual a raiz da violência que culmina nos diversos casos que chegam à mídia, e como a naturalização dos ‘pequenos atos violentos’, em seu sentido mais sutil, contribui para que ocorram tantos episódios latentes de violações de direitos contra a mulher.

A importância do estudo da violência política de gênero é fundamental para entender a dinâmica dessas violações, sobretudo, considerando como se inicia e porque se perpetua. Ainda, a importância se dá a partir do momento em que a compreensão da temática é reduzida à naturalização do fenômeno, fazendo com que a sociedade entenda que a persistência dela afasta um marcador importante da política partidária, qual seja: a diversidade de representação, que é o foco da democracia.

Dessa forma, o estudo pretende refletir como a dinâmica da violência de gênero se insere nas casas legislativas e a partir da atuação política, sobretudo na distinção de tratamento entre os homens e mulheres que ocupam os espaços. São atos que atentam contra a integridade física, corporal, psicológica e moral e acabam cerceando a participação digna de mulheres na vida política.

A violência política de gênero está engendrada nos sistemas eleitorais, inclusive naqueles que se intitulam como democráticos. Ocorre que, desde a propositura da

candidatura, até o fim dos mandatos eletivos de mulheres, há uma série de barreiras que se iniciam em razão da pouca capacidade de ‘maximizar votos’ e terminam na tentativa de limitar as parlamentares a determinadas pautas. Assim, o objetivo deste estudo visa responder a seguinte pergunta: de que forma a violência simbólica sofrida por mulheres, na política, faz pensar a resignificação da misoginia, heteronormatividade e papéis de gênero? Esse será o direcionamento do estudo.

Baseado na pergunta de pesquisa anteriormente indicada, o objetivo geral é refletir de que forma a violência simbólica sofrida por mulheres, na política, faz pensar a resignificação da misoginia, heteronormatividade e papéis de gênero. Ainda, no que diz respeito aos objetivos específicos, estes visam: compreender como a heteronormatividade contribui para a inserção do imperativo da feminilidade da mulher na política; entender a influência dos papéis de gênero para que exista uma expectativa comportamental feminina no cenário político; e, discutir como a misoginia contribui para a construção de espaços de dominação masculina na esfera política.

Dessa forma, o estudo tem como método o hipotético-dedutivo (MARCONI; LAKATOS, 2010), com base no qual analisou-se a questão-chave eleita de modo a construir algumas premissas e especulações, problematizando questões decorrentes das teorias que fundamentam referido campo. Partimos, pois, de uma pesquisa bibliográfica, a qual se desdobra em um estudo de cunho exploratório (GIL, 2009).

Procuramos contribuir com a compreensão e investigação de processos de discriminação e de violação de direitos decorrentes de questões de gênero, partindo de três casos que ocorreram com mulheres do mundo político: as adjetivações misóginas sofridas pela presidenta Dilma, as qualificações em decorrência dos papéis de gênero sofridas por Sâmia Bonfim e os preconceitos gerados pelo entendimento heteronormativo sofridos por Benny Briolly. As informações coletadas foram extraídas de jornais, revistas e fontes audiovisuais, segundo a dimensão representativa dos

marcadores teóricos que emergiram da leitura, como forma de, ao final da investigação, apontar possíveis elementos à reflexão dos temas.

É importante ressaltar que a dinâmica do texto não seguirá o modelo tradicional de descrição e apresentação dos casos eleitos para, somente depois, com a inserção da fundamentação teórica, problematizá-los. A construção do estudo é feita de forma a exibir os casos práticos em diálogo com a própria discussão teórica. Assim, todo o texto apresenta o caráter descritivo e explicativo dos temas e casos eleitos, de modo que os subitens são construídos de forma a relacionar questões ligadas à fundamentação teórica e apresentação de conceitos e teorias em paralelo com os casos em si.

### **Misoginia, esfera política e poder: Dilma Rousseff e o que restou da política**

No ano de 2015, circulou nas redes sociais uma imagem misógina da presidenta Dilma Rousseff, justificada, então, pela alta do preço da gasolina:

Um adesivo para carros com uma montagem infeliz da presidente Dilma Rousseff de pernas abertas tem causado polêmica na internet. O produto estava disponível no site do MercadoLivre, que retirou o anúncio do ar após considerar que ele poderia configurar crime (TERRA, 2015, online).

As imagens e, inclusive, a venda desses adesivos nos sites de compra, são apenas um ponto de todo o processo misógino que sofreu a presidenta. A mídia, os termos e os adjetivos utilizados em referência à figura de Dilma contrastavam-se a partir de aspectos de gênero. Importante salientar que, um ano depois, durante o processo de *impeachment*, os termos continuaram sendo reproduzidos ao sentido de que ‘uma mulher não poderia estar ocupando tal lugar de chefia’:

Os comentários que questionavam sua competência e minavam sua credibilidade, por sua vez, podiam ser divididos em comentários que 1) questionavam sua sanidade mental e reiteravam o estereótipo da loucura

feminina e 2) questionavam sua inteligência, capacidade intelectual e recorriam ao escárnio, referindo-se à ex-presidenta, por diversas vezes, como motivo de “piada” e “vergonha”, reproduzindo, assim, o estereótipo da mulher “burra” (SILVA, 2019, p. 79).

A violência sofrida se insere em um recorte muito específico. Diferente dos casos que ainda serão refletidos nesse estudo, o discurso (FOUCAULT, 1988) que aqui justifica o tratamento dado à Dilma é construído no sentido de questionar a plausibilidade de uma mulher ocupar um espaço público de chefia. Não se questiona somente a presença feminina em si, mas, sobretudo, o local de poder que ela ocupa. Existe, entretanto, um paradoxo que prevalece: ao tempo que é entendido que há a necessidade de dada postura mais rígida, nos espaços da política, quando mulheres assumem tal comportamento, a misoginia se sobressai:

As marcas da feminilidade no discurso reduzem a legitimidade da falante, mas a ausência delas é denunciada como uma falha da mulher que não as tem: a emotividade excessiva não é pertinente num político, mas a frieza e a racionalidade não cabem para o sexo feminino. Em suma, o campo político impõe às mulheres alternativas sempre onerosas, de forma bem mais pesada do que faz com seus competidores do sexo masculino (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 66).

As concepções apresentadas não se distanciam do que foi vivenciado pela ex-presidenta Dilma Rousseff que, em várias passagens da mídia, era apresentada como ‘fria’, ao passo que, segundo os frequentadores do Congresso Nacional, não cedia às vontades e não conseguia manter ‘boas relações’ com grupos políticos. Em diversas reportagens feitas pela grande mídia, teve seu comportamento associado ao ‘surto’, ‘loucura’ e ‘descontrole’.

O documentário O processo (2018), dirigido por Maria Augusta Ramos e promovido pela Netflix, ressalta a dubiedade dos discursos que fazem referência à presidenta. De um lado, apresenta a imagem de uma mulher técnica e que não renuncia, de outro, aquela produzida por seus adversários, homens: descontrolada e que faz uso de

medicamentos tarja preta para permanecer na presidência. A ideia está relacionada ao questionamento que se pretende gerar não com relação à competência para ocupar o lugar, mas sobretudo pensar se ela possui equilíbrio emocional suficiente para ocupar o espaço.

O caráter dúbio da violência, por um lado, sugere dado comportamento masculino para que consiga consolidar a sua imagem de poder. Ao aderi-los, no entanto, há uma crítica no sentido de que não é ‘sensível’ o suficiente como deveria. Em outra perspectiva, a postura mais ‘delicada’ de Dilma Rousseff é apontada como um aspecto que a descredencia para ocupar o local de poder que está. Opera, discursivamente, a deslegitimação do espaço por ela conquistado, questionada independentemente do perfil que adote. Trata-se, pois, de uma questão de gênero.

Em diversos episódios, durante o governo Dilma, principalmente durante o seu processo de impeachment, ao assumir atitudes mais rigorosas para com aqueles que desejavam a sua saída do poder, a presidenta foi taxada de ‘dura’ ou ‘nervosa’ (LEMOS, 2017). Tais adjetivos, veiculados na mídia, remetem à visão misógina de que as mulheres, independente dos espaços que ocupem, não devam apresentar um estilo autônomo, ressaltando que o ‘feminino’ é, sempre, ‘subordinado’. Afinal, não se pode desconsiderar que a linguagem é um ato político que inscreve o sujeito (FOUCAULT, 1988) e que:

A linguagem institui e demarca os lugares dos gêneros não apenas pelo ocultamento do feminino, e sim, também, pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas aos sujeitos, pelo uso (ou não) do diminutivo, pela escolha dos verbos, pelas associações e pelas analogias feitas entre determinadas qualidades, atributos ou comportamentos e os gêneros (do mesmo modo como utiliza esses mecanismos em relação às raças, etnias, classes, sexualidades, etc.) (LOURO, 1997, p. 67).

De tal modo, a linguagem é, pois, um meio de expressão de posições de poder, a qual institui e reproduz campos de desigualdade. É importante lembrar que a misoginia aduz, sobretudo, a um marcador histórico. São formas discriminatórias contra a mulher que se tornam mais refinadas e, nem por isso, menos inadmissíveis do que em outros tempos (MOTERANI; CARVALHO, 2016; MELÉNDEZ, 2014).

De tal modo, é possível compreender que a misoginia é socialmente construída, baseada na opressão, ódio e violência contra tudo aquilo que questiona as masculinidades e a cultura de poder do homem. O masculino, historicamente, detém o poder econômico e o controle social, regula a vida social e econômica de grupos vulneráveis em relação ao gênero, aqui entendendo o termo ‘vulnerabilidade’ como ‘minoria’ (TOLEDO, 2008; SIMÃO; RODOVALHO, 2014).

Ainda, no que concerne aos mecanismos misóginos, está a ‘superqualificação’ exigida às mulheres em todas as suas áreas de atuação. Dentre as adjetivações sofridas por Dilma Rousseff estava, por exemplo, o apontamento de que não era qualificada para ocupar a presidência. Assim como na política, as instituições sociais exigem às mulheres que, para que ocupem os mais altos escalões, provem diariamente a sua ‘capacidade’. O afastamento de mulheres da vida pública ocorre, principalmente, em decorrência dos desfavorecimentos que organizam a vida comunitária, os privilégios reificados pela estrutura histórica e de misoginia. Assim, é natural que a figura masculina possua maior probabilidade de ocupar os espaços políticos.

Desse modo, considerando o aspecto histórico da misoginia, é importante que se estabeleça uma discussão acerca do capital político (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015) que sempre esteve presente, inclusive no caso da ex-presidenta Dilma, pois possuiu um importante apadrinhamento político. O termo, tomado como forma de conceituar a relação existente entre a hereditariedade e a permanência dos mesmos grupos de poder na política, questiona, sobretudo, o lugar que as mulheres, mesmo inseridas nos grupos políticos, ocupam. E, além disso, as dificuldades que

precisam enfrentar/pautar para alcançar locais de poder cotidiana e naturalmente criados para homens. Eis que:

A presença de capital familiar é um diferencial positivo na definição da candidatura – em um contexto social de desprivilegiamento do ingresso feminino no campo político, o capital político transferido de familiares que pertencem ao campo político é um diferencial importante que pode alavancar candidaturas de mulheres. Como para os homens outras formas de entrada são mais acessíveis, o peso do capital familiar não é tão preponderante (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015, p. 16).

Portanto, a separação da mulher dos espaços públicos e políticos decorre de barreiras que são geradas desde a pré-candidatura até as eleições em si. Durante a escolha partidária dos possíveis candidatos, são elencadas categorias que tornam a pessoa mais ‘elegível’, dentre elas o capital político, com base em outros cargos eletivos do passado, o contexto social e os recursos disponíveis (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015). Importante ressaltar que, desde o primeiro momento de recrutamento político, há um maior número de homens, dada a cultura que confere aos homens a sensação de possibilidade de participar da vida política (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015). O segundo passo é a escolha de quem, de fato, ocupará o espaço de candidatura. É considerada a pessoa que apresenta uma maior probabilidade de maximizar os votos do eleitorado. No caso da presidenta Dilma, a maximização dos seus votos derivava, geralmente, do apelo ao cargo de Ministra de Minas e Energia que exerceu durante o governo Lula, acompanhada também do apoio do então presidente, que gozava de alta estima social.

Diferente do que ocorreu durante o período de sua primeira candidatura, é perceptível que desde a segunda apresentação de Dilma até o seu impeachment, existiu uma queda da sua popularidade. No entanto, a sua figura passou a ser associada a um lugar mais solitário. No segundo mandato, mesmo filiada ao Partido dos Trabalhadores, contudo, não era tão relacionada com o ex-presidente Lula – o seu ‘padrinho político’ – como o foi na campanha e primeiro mandato. Concomitantemente e não



coincidentalmente, a popularidade da presidenta reduziu ao passo que a figura masculina que conotava seu capital político (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015) não estava mais diretamente relacionada à sua.

Por fim, a terceira barreira que afasta as mulheres do mundo político é a associação do voto popular à imagem masculina. Não há consenso, na ciência política, que indique um motivo específico para a inserção da mulher nos espaços políticos a partir de tal elemento. Entretanto, nesse aspecto, é compreensível que o capital familiar (BIROLI; MIGUEL, 2014) é um diferencial que define se as mulheres serão eleitas e se ocuparão cargos públicos eletivos. É possível inferir que a própria cultura eleitoral e a imagem da presidenta Dilma são exemplos que evidenciam como o afastamento da mulher dos espaços políticos se dá sob o referido prisma. Há a indução do feminino na política desde o olhar masculino (ALMEIDA NETO; FORTUNATO; CARDOSO, 2017).

A análise da experiência política da presidenta Dilma evidencia a discussão sobre aquilo que ocorre após as eleições, o debate estabelecido sobre a representatividade. A problematização acerca da posição da mulher na política e as pautas por ela trazidas. De um lado, há a afirmação de que basta existir a atuação de uma identidade feminina no cenário político, de outro afirma-se a necessidade de que tal representação seja idealizada por e com as mulheres, que suscite, sobretudo, as pautas femininas no debate público, havendo, aqui, a distinção entre interesse e identidade.

É necessário que existam apenas mulheres que suscitem as pautas femininas para o plenário? Certamente não. Entretanto, a viabilidade de mudança das identidades no cenário político é essencial para que tais temas sejam consolidados. Assim:

O meu interesse é, em tese, representável por qualquer pessoa, que pode verbalizá-lo em meu lugar e agir para promovê-lo. Mas a minha identidade só se torna visível por meio de um igual. Eu posso não estar presente no grupo de governantes, mas minha identidade estará lá não por meio de um representante, e sim corporificada em alguém que a possui em comum (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 29).

Com a leitura das vivências de Dilma Rousseff, são visíveis as reproduções misóginas já concebidas, há séculos, nas instituições que tomaram para si a ‘capa da misoginia’ e tornaram perceptível a repulsa às mulheres, principalmente quando se trata dos altos cargos de poder. Isso repercute, pois, no baixo nível de participação feminina na política, sendo um ramo predominantemente masculino e que impregna, de forma explícita, a perpetuação da dominação por homens (HOLLAND, 2010).

É possível entender, portanto, que uma série de aspectos sociais vistos no caso da presidenta contribui para o afastamento da mulher da política. Há a construção institucional de quais grupos devem pertencer à política. O poder se organiza de forma a perpetuar dada dinâmica, mantendo, nos espaços públicos, as mesmas pessoas.

### **Feminilidade e política: Sâmia Bonfim e o ‘corpo da política’ ou a ‘política do corpo’**

O humorista Danilo Gentili retuitou um post da deputada federal Sâmia Bonfim (PSOL-SP) chamando a parlamentar de ‘gorda’ e ela respondeu garantindo que iria levar o assunto à justiça. Sâmia, em seguida, publicou uma série de tweets sobre a reunião com o Ministro da Economia, Paulo Guedes, na CCJ da Câmara, para debater a reforma da Previdência. Em um dos posts, ela diz que o ministro está “destemperado”, na Comissão, diante dos protestos dos deputados. Gentilli compartilhou a mensagem zombando de Sâmia: “A mina é tão gorda que acha que até os ministros devem ser temperados” (FOLHA, 2017, online).

A redução da atuação feminina, na política, ao valor machista do gênero é uma dinâmica corriqueira de homens. Os debates representativos e as posturas das mulheres enquanto agentes políticos são invisibilizados para que o viés masculinista do ‘ser mulher’ apareça. Dessa forma, o corpo, as atitudes e a postura passam a ser

representadas sob o julgamento e olhar que as reduz a coadjuvantes. Os aspectos apresentados, que não dizem respeito às demandas sociais por elas levadas, são apontados como ‘falhas’, ‘erros’ e ‘necessidades de mudança’, sempre.

A cena descrita e direcionada à Sâmia Bonfim revela a tentativa de reduzir o seu trabalho à sua aparência física, apagando a importância daquilo que foi discutido e o local que a deputada federal ocupa no cenário político, na busca por diminuir o seu papel social. Pensar o motivo que conduz o diálogo para o âmbito da aparência é suscitar a feminilidade, refletindo o que é, como é significada no meio social e o quanto está presente na redução da mulher àquilo que se conhece como sendo o comportamento que ela deve apresentar (ALMEIDA NETO; FORTUNATO; CARDOSO, 2017).

Do mesmo modo, é corriqueira a incidência de ataques dessa natureza, relativos ao peso corporal, à aparência, que situam as mulheres, como Sâmia Bonfim, no espectro da depreciação do feminino. São tentativas de ‘podar’ a atuação política feminina, com a finalidade de que sejam afastadas dos espaços de deliberação. No relato apresentado é recorrente o ‘desprezo’ para com a parlamentar, ressaltado com base em sua imagem corporal, apenas. É importante ressaltar que o conceito de feminilidade é mencionado e é compreendido como um comportamento passivo e que deve encontrar significado nos papéis que lhe foram reservados.

Assim, a indução ao pensamento do que é feminino exerce um papel de simples complementaridade. Além dos aspectos que dizem respeito à ‘expectativa comportamental’, alusões ao corpo feminino, como na situação vivida por Sâmia Bonfim, são elementos comumente levados em conta quando se deseja ‘selecionar’ o corpo como feminino ou não (BORDO; JAGGAR, 1997) e de dar o seu lugar no mundo. Ao modo da matéria mencionada, diversos são os casos em que a referência feita ao corpo tem como objetivo final trazer à tona o debate acerca do papel que as mulheres exercem. A narrativa remete a marcadores pessoais e estéticos, fazendo-se compreender que o cerne da questão não deve ser o debate político, mas questionar os

motivos pelos quais tal mulher ocupa dado espaço de poder. Faz os interlocutores da mensagem voltarem os olhos apenas ao aspecto físico, questionando, sobretudo, o porquê daquele corpo ser público.

O corpo da deputada é trazido ao debate porque, a partir dele, é possível questionar o seu pertencimento social. Deslocar a discussão ao corpo da mulher é remontar a ideia de que a este grupo está reservado o deleite e domínio da força masculina. É um ato simbólico: relembrar ao interlocutor da mensagem que aquela figura é feminina e, logo, questionável quanto a sua representatividade pública. A ‘imagem de gênero’ é construída por meio de uma rede de dispositivos e mecanismos discursivos, tais quais a linguagem institucional. O entendimento dessa estrutura de poder, na sua forma repressiva, ocorre, principalmente, através de práticas disciplinares (FOUCAULT, 1979), articulando-se o poder de forma intrínseca ao saber, um ‘poder-saber’ em que, na estrutura social e institucional, as determinações e compreensões de conceitos que se dão na sociedade são reificados por grupos detentores do poder. É a máxima de que, às mulheres, é dada a imposição de se ter o corpo ou a mente, nunca ambos.

A dinâmica do saber referida, portanto, está estritamente relacionada, pois, àqueles que o definem como o é, inscrevendo nos indivíduos as suas ‘capas’ sociais, o que é apresentado na filosofia foucaultiana (FOUCAULT, 1988) como a ‘inscrição’, determina e qualifica os sujeitos. Ainda, para o autor, a inscrição atua, na dinâmica do biopoder, sob o controle de corpos, enquanto atuação que rege a vida dos indivíduos mediante o discurso institucional e cotidiano, que se dá por meio dos mecanismos de controle cotidianamente inseridos nas relações sociais, como ofensas produzidas contra as mulheres e no caso da deputada.

Os construtos das identidades estão, assim, marcados por uma política que segue determinadas estratégias com o fim de estabelecer e naturalizar as posições formuladas socialmente (ENNES; MARCON, 2014). A partir da análise de como ocorre o processo

de inscrição nos sujeitos (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007) e a sua naturalização, é possível abranger os motivos pelos quais existem no mundo. Em primeira análise, o discurso age estrategicamente. As ações têm como finalidade manter a estabilidade das identidades criadas a partir dele, definindo inclusive quais corpos devem ocupar o espaço político. Dessa maneira, é possível afirmar que o mesmo poder que as forja, as inscreve. Diante da criação das subjetividades, o discurso restringe a participação dados corpos a determinados locais, relacionando quem ocupa qual lugar (FOUCAULT, 1979; 1988). Logo, o feminino está para o espaço doméstico assim como o masculino está para o debate público:

Uma das dicotomias que organizaram o pensamento moderno consistiu na separação entre as esferas pública e privada, que se constituiu como efeito da ascensão da burguesia, no modo capitalista de produção. Nesta dicotomização, as mulheres foram destinadas às funções nos espaços privados, enquanto os homens tiveram acesso aos espaços públicos de trabalho. As funções valorizadas eram as exercidas nos espaços públicos, de decisões políticas, enquanto os trabalhos realizados nos espaços domésticos, privados, foram sempre considerados de menor valor (LAGO *et al.*, 2009, p. 358).

Ao circunscrever os locais sociais, o discurso exerce a proteção do ‘status quo’ masculino, das identidades aceitas e naturalizadas no ambiente social. Estabelece-se a hegemonia identitária na qual uma série de práticas reiteradas consolidam a naturalização dos papéis impostos para cada pessoa. Os sujeitos que não se enquadram nos padrões hegemônicos, acabam por ser punidos:

Portanto, como estratégia de sobrevivência em sistemas compulsórios, o gênero é uma performance com consequências claramente punitivas. Os gêneros distintos são parte do que “humaniza” os indivíduos na cultura contemporânea; de fato, habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero. Os vários atos de gênero criam a ideia de gênero, e sem esses atos, não haveria gênero algum, pois não há nenhuma “essência” que o gênero expresse ou exteriorize (BUTLER, 2003, p. 199).

A inscrição realizada nos sujeitos por meio das práticas identitárias reiteradas está explícita no caso da deputada, pois aparece cercada por aspectos os quais estão intimamente ligados à cultura hegemônica sexista. É mediante tais ações que se constroem os atos inscritos (FOUCAULT, 1988; 1996), naturalizando os gêneros, inscrevendo significados aos corpos e, sobretudo, dando lugar e funções a eles. Na ideia de punição estão presentes duas as formas que podem vir a existir: forclusão e apagamento radical (BUTLER, 2003). No primeiro caso, a forclusão é criada à imagem do sujeito. Faz referência à negação de autorrepresentação. Quando se trata de representação do indivíduo através do Outro, a imagem do indivíduo, a partir do momento de forclusão, passa-se a obedecer aos interesses do discurso (SILVEIRA; FURLAN, 2003). Com isso, há a ‘representação equivocada’, a partir do momento em que o sujeito é exposto através do discurso, não das suas subjetividades.

Em um recorte ao caso da deputada, percebe-se que a ‘imagem’ da parlamentar é construída sob o aspecto recorrente da feminilidade. Esta deve assumir uma postura passiva e de concordância com aquilo que é ‘masculinamente’ colocado como premissa. Não à toa, espaços como o que ela ocupa ainda apresentam grande resistência de prosseguir os debates iniciados por mulheres, realizando, por vezes, o seu apagamento enquanto corpo feminino. Fazendo referência à forclusão, a representação das mulheres em ambientes políticos, ainda é remetida àquilo que o masculino sugere. Logo, episódios em que a feminilidade da mulher é colocada em pauta, são frequentes e apontam suas características físicas – como no caso em análise – na tentativa de reduzir o seu papel social às ‘expectativas comportamentais femininas’.

A segunda maneira de ocultar a vida do indivíduo ocorre de forma radical. Ou seja, diferente da forclusão, a vida é plenamente ocultada, excluída do âmbito social. Butler (2010), ao apontar o referido processo de exclusão, reporta que “esses esquemas normativos funcionam precisamente sem fornecer nenhuma imagem, nenhum nome, nenhuma narrativa, de forma que ali nunca houve morte tampouco houve vida”

(BUTLER, 2010). A ideia trazida pela autora traduz como as vidas que passam pela segunda forma de exclusão são esquecidas.

Aqui, há o apagamento da figura feminina, que pode se dar, por exemplo, por meio do frequente deslocamento linguístico feito do papel político da mulher para o seu espectro feminino, na tentativa de afastar mulheres, tais quais Sâmia, dos espaços políticos, aponta, frequentemente, qual é o seu 'local social'. Ainda, o tradicionalismo masculino, historicamente expresso na política, é outro fator que afasta as mulheres do comum.

O debate feito a partir da premissa foucaultiana da inscrição (SILVEIRA; FURLAN, 2003), reiterada nas ideias butlerianas, a define como local em que é afirmado que “o corpo é apresentado como superfície e cenário de uma inscrição cultural” (BUTLER, 2003, p. 186). O corpo é exibido como uma superfície passiva (BORBA, 2014), inscrita pelos acontecimentos, naturalizada e, por fim, vinculada por meio do discurso, que reproduz aquilo inicialmente escrito e reinicia um novo ciclo.

No referido cenário de naturalização, é perceptível que o sujeito passivo de todo o processo de inscrição cultural é metaforizado na dinâmica sem que, por diversas vezes, possa refutá-la. Dessa maneira, a imagem de que determinadas condutas de gênero são mais 'humanizadas' fazem com que o indivíduo, mesmo sem compreender que está em um sistema imposto, depare-se com condutas impostas a determinado gênero, o que se dá frequentemente nos espaços políticos, em que mesmo as mulheres mais ativas são reportadas ao papel que deveriam assumir. Assim, o discurso que dá origem aos construtos sociais pode ser compreendido como:

[...] uma prática que relaciona a língua com “outras práticas” no campo social. Ou seja, as práticas discursivas se caracterizam de algum modo como elo entre discurso e prática. Significa afirmar que este conceito reúne elementos tanto da fabricação e ajuste dos discursos - compostos por uma unidade de enunciados - quanto da aplicação e produção destes, nas instituições e nas relações sociais, definindo assim um saber, além de

determinar funções e formas de comportamento numa época. Um modo de pensamento que se opõe à intuição (AZEVEDO, 2013, p. 09).

Surge a necessidade de responder a seguinte questão: por que os sujeitos estão propensos a substituir seu “eu” individual pelo coletivo? A aparência de que os locais de gênero são algo natural (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007), faz com que os sujeitos enxerguem tal ideia como ‘humanização’. Ou seja, para ser considerado natural ou aquilo que é ‘humanamente aceitável’, é preciso que esteja acomodado a um ‘lugar de gênero’ aceitado e instaurado pelo poder vigente.

É importante ressaltar que o debate não diz respeito diretamente à representatividade, sendo indiretamente discutida ao passo que a temática de participação das mulheres na vida política e as violências sutis por elas sofridas seja o tema central. Entretanto, ao se inserir a discussão acerca de inscrições sobre os corpos e autorrepresentação, a partir do caso vivido por Sâmia Bonfim, das dinâmicas pelas quais as mulheres parlamentares passam, estariam ocupando espaços que ‘originalmente não seriam seus’. Existe dada dificuldade em se autorrepresentar nos locais públicos a partir do momento em que são inscritas culturalmente como indivíduos do âmbito privado e excluídas dos espaços políticos.

Nos dias atuais, por exemplo, apenas 15% do Congresso Nacional é composto por mulheres, enquanto 52% da sociedade brasileira é formada por mulheres (FOLHA, 2021). Quais os motivos, portanto, que levam à ausência de representatividade de maior parte do eleitorado nas Câmaras Legislativas? Ocorre que, às mulheres, foi destinado o local da vida privada, em que não se debate a política, a vida cidadã e as mazelas sociais. Ainda, hoje, as mulheres são atreladas à servidão masculina.

Portanto, ainda sobre a noção de autorrepresentação, alguns sujeitos não a possuem, sendo concebidos pelo discurso hegemônico. Por outro lado, os indivíduos que estão entre aqueles que produzem tal discurso detêm a autorrepresentação, como é discutido por Butler:



Aqueles que ganham representação, especialmente autorrepresentação, detêm melhor chance de serem humanizados. Já aqueles que não têm oportunidade de representar a si mesmos correm grande risco de ser tratados como menos que humanos, de serem vistos como menos humanos ou, de fato, nem serem mesmo vistos (2010, p. 24).

A autora aduz à biopolítica (FOUCAULT, 1988). Argumenta que existe uma política que determina os corpos que importam e os que não importam ou, se nos referirmos à feminilidade: existem os aceitos e os não aceitos. É de tal política que deriva a autorrepresentação e a ausência dela. Logo, a presença de Sâmia Bonfim, no parlamento, por exemplo, é um caso que reiteradamente tem sua ‘humanização’ questionada em decorrência do ambiente em que está inserida.

A postura ativa da deputada Sâmia Bonfim, quando visualizada sob uma ótica sexista, apresenta uma espécie de ameaça que, a partir disso, é inserida na dupla dinâmica de punição já discutida. Na forclusão, há a tentativa de apagamento do local social que a deputada tem, na tentativa de fazer que com ela não seja apontada como uma importante personagem no cenário político. Na segunda hipótese, a violação, a exclusão completa, tem como referência ao lugar social que a deputada necessitaria tomar, ao passo que são feitas referências ao seu corpo físico – no seu sentido de inserção no espaço.

Butler sugere a ideia de ser reportado(a) pelo Outro. Segundo ela: “somos primeiro dirigidos, reportados por um Outro, antes mesmo que assumamos a linguagem para nós” (BUTLER, 2011, p. 28). Dessa forma, o diálogo masculino instaurado nos espaços políticos aloca o sujeito – sujeito que não possui autorrepresentação – em um lugar no qual será apresentado segundo as interpretações culturais alheias, excluindo-se suas vontades e identidade individual. Ainda, a teoria explícita que somente quando remetidos(as) a um discurso hegemônico é que se pode fazer o uso da linguagem (FOUCAULT, 1988).

É preciso compreender que a função política da mulher não é representar a feminilidade, em seu conceito tradicional, em qualquer espaço. É necessária a significação social dos lugares que ocupam, principalmente quando se percebe a elevada violência de gênero que esse grupo sofre, diariamente, seja dentro ou fora dos espaços de poder. Logo, a presença das mulheres nos espaços políticos, ao ser questionada, deriva de toda a dinâmica social que remete o feminino ao doméstico e que foi construída historicamente por homens (FOUCAULT, 1988).

### **Benny Briolly e a política desde a heteronormatividade compulsória**

A vereadora de Niterói, Benny Briolly (PSOL-RJ), travesti, denunciou o deputado estadual Rodrigo Amorim (PTB-RJ) de lhe enviar um e-mail com ameaças de morte. Segundo a parlamentar, a mensagem, datada do dia 25 de maio de 2022, com o remetente de e-mail oficial do deputado da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), teria sido enviada para o endereço de e-mail que Benny costuma usar para atender a população. No texto recebido, de acordo com a parlamentar, Amorim usa, também, palavras de baixo calão, fazendo ofensas à vereadora no masculino e a partir de termos racistas (CNN, 2022, online).

O acontecimento narrado é passível de diversas problematizações, envolvendo sobretudo elementos de gênero, sexo, heteronormatividade, masculinidades e transfobia, além dos preconceitos interseccionais de raça e classe. A postura ‘pós-estruturalista’ apresentada desde a obra ‘Problemas de Gênero’, de Judith Butler (2010), auxilia a questionar, problematizar e pensar as construções de gênero neste caso.

As camadas de gênero, significadas no âmbito social, são decorrentes de uma política que visa o controle de corpos, como debatido por Foucault (1988; 1995), nomeada como ‘biopoder’. Diz respeito a uma política-poder que estabelece onde, como e quando controlar determinado corpo, realizando, especialmente, a modulação

das subjetividades. Dessa forma, o controle de corpos que tal poder concretiza é exercido a partir de duas vias: a vida como corpos individuais e a vida como populações (SEGATO, 2019). Sob a lógica de qual corpo deve/pode ocupar determinados lugares, corpos como o da vereadora Benny Briolly passam a não estar inseridos nos espaços políticos e outros.

No caso apresentado, uma vereadora travesti, vítima de violações sofridas em decorrência do gênero, por meio de palavras direcionadas a ela, convive com a intenção de afastamento de seu corpo do mundo. É explícita a barreira existente entre a ‘permissão’ de alguns grupos de participarem do cotidiano político e as tentativas de afastamento.

No texto Regulações de gênero, Judith Butler (2014) aduz à ideia de que o gênero é uma construção social que se solidifica diariamente mediante a repetição de atos. Tal entendimento decorre da teoria de poder formulada por Michel Foucault (1988), o qual não atua somente oprimindo ou dominando os sujeitos, cada subjetividade, mas opera na própria construção social dos indivíduos. Dessa maneira, a ‘produção’ do poder é vinculada a mecanismos que no seu interior são instaurados e conservados. Assim, os discursos que formam as subjetividades dos indivíduos são os mesmos que suscitam as sujeições.

No caso de Benny, as problematizações aqui realizadas não poder ser restritas à discussão de gênero. É importante destacar que, para além das violências que decorrem desse aspecto, a vereadora faz parte de um grupo que é marcado por práticas violentas que derivam, também, da raça e da classe social. Logo, as argumentações aqui trazidas decorrem de questões de gênero, partindo para a classe e raça. Assim, os construtos sociais que permeiam a situação da vereadora são interseccionados.

A problematização a ser feita, no âmbito do gênero, diz respeito à dualidade sexo/gênero que, historicamente, é apresentada como o ponto crucial do preconceito, assumindo a postura biológica um papel determinista e que fornece subsídios às

conceituações daquilo que é ser ‘fêmea’ ou ‘macho’. O gênero, então, é apresentado como uma construção social decorrente de comportamentos estabelecidos desde o sentido biológico do corpo.

Butler (2010) problematiza a premissa culturalmente formulada sobre o gênero construído, questionando o alicerce de sua construção:

Se o gênero é construído, poderia sê-lo diferentemente, ou sua característica de construção implica alguma forma de determinismo social que exclui a possibilidade de agência ou transformação? Porventura a noção de “construção” sugere que certas leis geram diferenças de gênero em conformidade com eixos universais da diferença sexual? Como e onde ocorre a construção do gênero? (BUTLER, 2010, p. 23).

A autora retoma, também, parâmetros utilizados para a construção social dos gêneros. Segundo ela, a designação ‘masculino’ e ‘feminino’ deriva do sentido biológico dos sexos. Dessa forma, a criação do ‘ser mulher’ ou ‘ser homem’, ao não ultrapassar a perspectiva do binarismo, reproduz o prisma biológico e determinista dos conceitos. Os enunciados remetidos à vereadora, por exemplo, traduzem a perspectiva biológica de que o determinismo constrói a pessoa. Assim, a simetria realizada desde a biologia aponta para o gênero e o seu par determinista acaba por fundar discriminações direcionadas a aqueles que fogem ao ‘normal’. Há, apenas, o espectro dos gêneros, o binarismo reproduzido com uma ‘nova roupagem’.

Em segundo ponto, é necessária a observação dos atributos daquilo que se percorre como sexo biológico. A discussão acerca da imutabilidade dos sexos faz pensar a construção ‘pré-discursiva’ deles. Entretanto, qual conceito pré-discursivo é tão fixo que não há espaço para sua desconstrução? Seria, portanto, uma visão cartesiana que transforma o sexo em uma premissa incontestável, comprovada empiricamente:

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente

construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero com interpretação múltipla do sexo (BUTLER, 2010, p. 21).

Entretanto, por se tratar de um conceito subjetivo, seria possível se falar em uma premissa inquestionável? Dito de outro modo, seria possível alegar às premissas científicas um julgamento totalmente impregnado de vivências únicas? A identidade de gênero é uma vivência única de cada sujeito, não é possível considerá-la como uma premissa universal. E, caso se considere, se o “sexo” é incontestável, talvez tal construto seja tão derivado da cultura quanto o gênero. Assim sendo, absoluta é vazia a diferenciação estabelecida entre sexo/gênero (BUTLER, 2003).

No âmbito das violações de direito em decorrência do gênero, a naturalização dos sexos no meio social é um importante fator. Quando se naturaliza os sexos, o gênero é ignorado e os indivíduos que fogem à lógica binária passam a ser vistos como anormais. No caso da Benny Briolly, no que diz respeito às questões de gênero, ao fugir da lógica binária/biológica, surge a ‘justificação’ às violências. Isso decorre da compreensão social de que o determinismo e o binarismo regem as vivências e da pouca aceitação social de que o gênero se constrói cotidianamente, inclusive na política.

Dentro dos espaços legislativos, a presença de identidades divergentes do ‘normal’ é entendida como uma afronta àqueles que se inclinam ao determinismo. As mulheres cisgênero sofrem discriminação quando participam do meio político, entretanto, quando se aprofunda a um segundo ponto da violência, existem as mulheres que não se inserem na lógica cisgênero. Desse modo, o preconceito sofrido por Benny, quando pautado em sua identidade de gênero, torna-se ainda mais singular que aquele sofrido por Sâmia Bonfim, por exemplo.

A naturalização do sexo nos meios sociais decorre de uma interpelação médica. Desse modo, o ‘corpo’ da vereadora, ao situar-se fora dos parâmetros deterministas estabelecidos desde a infância, é localizado como ‘desajustado’ para conviver em

sociedade e, principalmente, dentro do campo político. Não se trata de um corpo fora dos padrões de gênero.

Dessa forma, a nomeação do sexo é o primeiro ato a performar a subjetividade de cada indivíduo, sendo consolidado a partir de uma série de repetições cotidianas, que ‘criam’ o sujeito. A partir disso, é possível compreender que o gênero é uma identidade construída através do tempo, por meio de uma repetição incorporada através de gestos, movimentos, estilos e inscrições corporais. Logo, o sujeito vai ser construído, no prisma do gênero, diante do cotidiano.

Ao situar a problemática do gênero na situação apresentada da vereadora, é possível percorrer que se trata de um corpo travesti que, por si, diverge do construto social que torna paralela a ideia de sexo/gênero. Dessa forma, o biopoder atua como criador dos corpos ao mesmo tempo em que é responsável pela sua sujeição, age de forma a afastá-los dos locais de poder, aqui entendidos como espaços políticos (FOUCAULT, 1988; 1995). É compreendido, nesse caso, que o corpo, mesmo inserido nos espaços políticos, é restrito à atuação que o discurso lhe permite.

Os questionamentos sobre a identidade de gênero, por diversas vezes, referem-se a um afastamento desses grupos vulneráveis dos locais de poder. Existe dada forclusão (FOUCAULT, 1988), ou seja, uma tentativa de apagamento que, no caso da vereadora eleita, as adjetivações e a utilização dos próprios pronomes fazendo referência ao sexo biológico são usados como forma de invisibilizar o papel político exercido por ela, secundarizando as pautas por ela discutidas e a sua ‘figura política’.

A partir do afastamento de determinados grupos dos espaços políticos é possível entender que as diversas coletividades vulneráveis, por se tratar de pessoas que sempre estiveram afastadas do âmbito político, quando inseridas nesses espaços, são constantemente podadas e convivem com uma dinâmica de subalternidade. Ao tratar do caso de Benny Briolly, não se faz referência apenas ao ‘ser mulher’, mas também às problematizações e violações decorrentes do entendimento binário construído

socialmente. Ainda, perpassando as camadas de violências e ultrapassando a discussão apenas do gênero, há o fator raça e classe. Dessa forma, é entendido que há uma série de recortes específicos no episódio de violência sofrido pela vereadora.

É necessário compreender, ainda, que a vivência de Benny Briolly é derivada, sobretudo de seu ativismo. Não há somente uma questão de gênero, mas sobretudo uma interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) entre gênero, raça e classe que conduz a problemática para um ponto de vista mais específico. É impossível entender as violações sofridas pela vereadora somente sob o aspecto do gênero, pois existe uma clara intersecção de desigualdades. Aqui, não se fala tão-só de uma mulher em espaço de poder, mas sim daquela que, além de não estar inserida na lógica binária, é negra e pobre:

Acerca da questão interseccional, que define diversas camadas e grupos diferentes de mulheres, com base em sua raça, classe social e espaços em que estão inseridas, vê-se, ainda, que a depender do ‘local social’ que ocupe, a pessoa possuirá maior dificuldade para alcançar os espaços de poder, pois além de lidarem com a misoginia, enfrenta problemáticas tais quais o racismo (AKOTIRENE, 2019).

Nas dinâmicas de violações interseccionais, há a discriminação contra um grupo específico de mulheres; em segundo ponto, há a discriminação composta, em que existe a combinação entre a discriminação racial e de gênero; em terceiro ponto, a discriminação estrutural em que se marginaliza mulheres em decorrência do peso das estruturas de raça e gênero (CRENSHAW, 2002). A interseccionalidade, nas premissas apresentadas, insere Benny em uma dinâmica de discriminação mesclada e estrutural. Logo, a vereadora perpassa o ‘mero’ preconceito e é vítima de uma marginalização por meio das estruturas de raça e gênero, ocorrendo tal subalternização principalmente pelo lugar social e político que ocupa:

É necessário enfrentar a temática feminista não sob uma ótica universal, sob a perspectiva de que está sendo realizada a ‘proteção às mulheres’, sobretudo porque as

especificidades inseridas no próprio grupo “mulher” são muitas. Entre elas, é possível pensar as intersecções existentes entre o gênero e o racismo, ao passo que as violações enfrentadas pelas mulheres pretas possuem especificidades<sup>3</sup>. No presente estudo, por exemplo, em que se debate as violências políticas em decorrência de gênero, não é possível reduzir a discussão apenas ao coletivo ‘mulheres’, ao passo que no interior desse próprio grupo existem realidades distintas e específicas, como o caso da vereadora Benny Briolly. Logo, o cotidiano de travestis possui diversos recortes que se interseccionam e tornam a dinâmica de violações mais complexa, inserindo uma série de demarcações e construtos sociais que, juntos, tornam o contexto ainda mais desafiador.

No caso de Benny Briolly, assim como no cotidiano de mulheres políticas que estão inseridas no mesmo grupo que a vereadora, os marcadores de raça e gênero são fortes. Durante a inserção de mulheres no sistema eleitoral existe um fator importante e fundamental para que elas consigam sequer participar do processo de eleições: o capital político (BIROLI; MIGUEL, 2014). Atrélada a isso está a questão racial.

Aqui, é possível inferir mais uma camada violenta que apaga figuras como a vereadora Benny Briolly da política. A situação de violação sofrida por ela perpassa o gênero, chegando à discussão da classe e raça. Existe um triplo afastamento de sua figura dos locais de poder. Trata-se de um corpo que, comumente, é visto fora dos espaços políticos, não somente pelo seu aspecto de gênero, mas sobretudo porque não possui poderio para ‘herdar’ a política e, além disso, é um corpo preto que, historicamente, está na base da pirâmide social de desigualdade.

O país herdou uma política regida sobretudo pelo poderio regional, que se perpetua desde a participação política dos mesmos grupos nas decisões tomadas em âmbito estatal (LEAL, 2012), o que afasta figuras como Benny Briolly do cerne dos

---

<sup>3</sup> Bell Hooks (2015), por exemplo, faz críticas direcionadas ao nascedouro do feminismo norte-americano, momento em que a luta se voltava exclusivamente pela saída do âmbito doméstico, sem que se levantasse a pauta das mulheres negras.



espaços decisórios. Logo, a participação de pessoas negras na política ainda é um fenômeno precário, considerando o histórico eleitoral do país:

[...] as instituições políticas representativas são ocupadas majoritariamente por indivíduos oriundos dos grupos sociais dominantes (homens, brancos, heterossexuais, de classe média e/ou alta). [...] Tal domínio tem sido apontado como principal causa da dificuldade de as demandas dos grupos sociais marginalizados serem contempladas nas políticas estatais, perpetuando, assim, sua situação de marginalização (política, econômica e social) (SANTOS, 2016, p. 82).

Entendidos os recortes citados que tornam os grupos de mulheres como Benny, ainda mais subalternizados, é possível chegar ao núcleo da lógica interseccional. Aqui, o sujeito que possui o gênero feminino e cor preta está no centro dos corpos violados pela política institucional. Para além disso, ter uma identidade de gênero que foge à lógica binária das construções identitárias é identificado como um fator a mais para que esse sujeito ocupe um espaço diametralmente oposto àquele inserido na política. Logo, as barreiras enfrentadas por esse grupo para que participem do processo eleitoral e das casas legislativas são mais profundas e específicas.

### **Considerações Finais**

A participação da mulher na política é marcada por diferentes violências de gênero. Dessa forma, durante o estudo ficou perceptível que a todo momento mulheres são lembradas de que são corpos femininos que ocupam um espaço público: adjetivações, discursos, tratamentos e restrições de participação em determinadas pautas são algumas das formas de contrastar o aspecto ‘ser mulher’ no espaço público e da política. Assim, as violações sofridas possuem aspectos singulares de violências sofridas por mulheres cotidianamente.

No estudo apresentado, três casos são trazidos para mostrar a situação das mulheres na política, partindo do ponto das especificidades de cada situação. Dessa forma, foi possível entender que todas as mulheres, cada uma em seu respectivo lugar social e de acordo com a posição que ocupam, são constantemente vítimas de violações que derivam de machismos, misoginia, diferenciações de gênero e demais construtos sociais que estão voltados à imagem da mulher pudica, do lar e submissa.

Foi compreendido, também, que em casos que está em pauta o lugar de chefia ocupado por uma mulher, como é o da presidenta Dilma Rousseff, as violências estão diretamente relacionadas aos questionamentos acerca da capacidade de ela ocupar dada função. Todo o período em que ocupou o maior cargo da República foi cercado de adjetivações que atribuíam ‘sentidos masculinos’ às suas posturas, desde ser ‘muito fria’ até tomar medicações para controlar o humor. Entendeu-se que, a mulher, quando passa a ocupar um lugar de chefia na política, a todo momento necessita corroborar ou reafirmar a sua qualificação pessoal. Não há, nesse universo, a correlação entre o cargo e a imagem pessoal.

No que diz respeito à presença das mulheres nos espaços políticos, sejam em locais de chefia ou em casas legislativas, chegou-se à conclusão de que as opressões sofridas estão relacionadas à sua própria corporalidade. No caso de Sâmia, por exemplo, questiona-se unicamente a situação de uma mulher que ocupa dado lugar de poder. Mais uma vez, são realizadas inferências quanto à capacidade de permanecer, enquanto mulher, na política. Ademais, foi possível concluir que o próprio processo eleitoral funciona de forma a separar as mulheres dos espaços políticos, criando barreiras à sua entrada na política.

Ainda, no decorrer do trabalho ficou explícito que para além das questões de gênero existem outros aspectos que tornam mais específica a violência. Nesses casos, o fenômeno da interseccionalidade, demandando raça e classe social afloram. No caso da vereadora Benny Briolly, foi entendido que há uma disposição específica, pois a

discussão não se insere meramente no aspecto do gênero, adentrando sobretudo em preconceitos de outras espécies. Nessa passagem, ficou perceptível a especificidade e interseccionalidade das violências sofridas.

Logo, a vida política sempre foi um âmbito afastado das mulheres, ao passo que a própria divisão dos papéis de gênero realça os olhares femininos ao mundo privado, decorrendo de lá todas as obrigações de casa. Assim, há uma baixa ‘ambição’ desse grupo em participar da vida pública. Entendeu-se que o espaço público não é feminino, reservando-se à mulher a subalternidade, onde não são relevantes as pautas identitárias dessas pessoas.

Portanto, na dinâmica de violências, existe uma especificidade nas formas como são realizadas, à medida que se toma conhecimento de que se trata de uma mulher transsexual, por exemplo. Enquanto a mulher cisgênero luta pelo reconhecimento de sua efetiva participação na política, a trans busca, primariamente, um reconhecimento em ser mulher. Os episódios de violações sofridos por parlamentares transsexuais já supracitados evidenciam o aspecto único sofrido por essas mulheres.

Assim sendo, para além do desrespeito sofrido pelas parlamentares, existem as dificuldades por elas encontradas quando decidem participar da vida pública. As barreiras sociais, já citadas, são uma forma de ocultar a participação feminina na política. Entende-se também, que é importante lembrar a necessidade de participação feminina para além do voto.

Isto posto, o feminino, no meio político, transita como subalterno, apresentando-se ainda como o “outro” do masculino. Assim, ainda que existam muitos homens solidários à participação feminina na política, há o constante conflito entre a alteração do sistema político com a inserção das mulheres e manutenção dos privilégios masculinos. Logo, não basta às mulheres serem meras espectadoras das mudanças sociais ocorridas por meio da política, mas sim agentes políticos que atuam sobretudo

em um papel identitário, apresentando a diversidade de pautas que o pluralismo democrático causa.

## Referências

- ALMEIDA NETO, Antônio Lopes de; FORTUNATO, Caio Emanuel Brasil; CARDOSO, Fernando da Silva. Mulheres e Política no Brasil: trajetos e perspectivas sobre a Lei de Cotas de Gênero. **Revista Caderno Espaço Feminino do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher**, v. 30, p. 69-87, 2017.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. 1.ed. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- AZEVEDO, Sara Dionízia Rodrigues de. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. **Filogenese**, n. 2, 2013.
- BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, 2014.
- BORDO, Susan. R. JAGGAR, Alison M. **Gênero, corpo e conhecimento**. 1. ed. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1988.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 42, 2014.
- BUTLER, Judith. **Marcos de guerra: Las vidas lloradas**. 1. ed. México: Paidós, 2010.
- BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, n. 1, 2011.
- ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Sociologias**, v. 16, n. 35, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- HOLLAND, J. **Una breve historia de la misoginia: el prejuicio mas antiguo del mundo**. Mexico: Editora Oceano, 2010.
- HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.16, 2015.
- LAGO, Mara Coelho de Souza *et al.* Gênero, gerações e espaço doméstico: trabalho, casa e família. **Paidéia (Ribeirão Preto) [online]**, 2009, v. 19, n. 44, p. 357-366. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2009000300010>.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LEMOS, Beatriz Monteiro. **Misoginia, feminismo e representações sociais: o processo de impeachment de Dilma Rousseff na imprensa brasileira (2010-2016)**. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista** Guacira Lopes Louro. 2. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MIGUEL, Luis Felipe, MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 58, n. 3, 2015. DOI; <https://doi.org/10.1590/00115258201557>.
- MELÉNDEZ, José Juan Pérez. Reconsiderando a política de colonização no Brasil Imperial: os anos da Regência e o mundo externo. Tradução: Luís M. Sander. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, n. 68, 2014.
- MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre a performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Revista Gênero**, Niterói, v. 7, n. 2, 2007.
- CARVALHO, Felipe Mio de.; MOTERANI, Geisa Maria Batista. Misoginia: a violência contra a mulher numa visão histórica e psicanalítica. **Avesso do Avesso**, v. 14, n. 14, 2016.
- SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual e política eleitoral: analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 23, 2016.
- SEGATO, Vívian Maria. Biopoder e desigualdade de gênero: a sujeição do corpo feminino. **Intertem@s**. São Paulo, v. 37, n. 37, 2019.
- SILVA, Perla Haydee da. **De louca à incompetente**: construções discursivas em relação à ex-presidenta Dilma Rousseff. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem na Área de Concentração de Estudos Linguísticos), Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá.
- SILVEIRA, Fernando de Almeida; FURLAN, Reinaldo. Corpo e alma em Foucault: Postulados para uma Metodologia da Psicologia. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 14, n. 3, 2003.
- SIMÃO, José Luiz de Almeida; RODOVALHO, Thiago. O Estado na promoção da igualdade material e a constitucionalidade das cotas raciais como critério para ingresso no Ensino Superior – ADPF 186/DF. **Revista de Informação Legislativa**. n. 202, 2014.
- TOLEDO, Livia Gonçalves. Lesbianidades e biopoder. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 7, n. 1, 2008.

**Public sphere, violence and gender: what do Dilma Rousseff, Sâmia Bonfim, Benny Briolly teach us about the presence of women in politics?**

**Abstract:** The participation of women in politics is marked by various forms of violence, especially those that question the occupation of these spaces, from exclusion based on gender, by them. Thus, the general objective of this study is to reflect how the violence suffered by women in politics makes us think about the re-signification of misogyny, heteronormativity and gender roles in contemporaneity. Methodologically, the study is hypothetical-deductive and analyzes the chosen key issue in order to build some premises and speculations, transversally problematizing elements of the mentioned field based on a bibliographical research. The elected cases highlight, among other findings: the misogynistic enunciations directed to the president Dilma Rousseff, the qualifications due to gender roles, suffered by Sâmia Bonfim and the prejudices of

heteronormative character directed to Benny Briolly. Finally, it is understood that the participation of women in politics reveals their gender aspect from multiple perspectives that, in a broad way, are organized from their gendriified social position.

**Keywords:** Political violence. Genre. Misogyny. Heteronormativity.

**Recebido:** 25/10/2022

**Aceito:** 21/02/2023